

Nº 21 — NOVEMBRO 1969 — 4º ANNO

50 CENT.

O TRABALHADOR

MENSUEL DE LA C.G.T. POUR LES TRAVAILLEURS PORTUGAIS

37º

**CONGRESSO
CONFEDERAL
DA CGT**

A desvalorização - A desvalorização

Tarifa de cambio preferencial : Um primeiro sucesso !

O esforço conjugado das organizações sindicais belgas e francesas na região do Norte, deu já como resultado um primeiro e importante sucesso em favor dos fronteiriços belgas, que trabalham nesta região.

Foi assinado um acordo entre a França e a Belgica, que estabelece um coeficiente rectificador que vai de 10,5 a 18 % segundo as categorias profissionais, o que compensa se não o total, pelos menos em parte, os efeitos da desvalorização.

O problema para os trabalhadores portugueses em França continua sem ser resolvido. As cartas dirigidas ao Ministério das finanças no dia 14 de Agosto e à Embaixada de Portugal no dia 12 de Setembro em Paris, continuam sem resposta. Uma vez mais, as autoridades francesas e portuguesas estão de acordo, contra os trabalhadores.

A C.G.T. considera que medidas de protecção podem ser tomadas em favor dos trabalhadores imigrados, ao nível dos governos, contra as flutuações monetárias e as discriminações derivadas das mesmas.

A fim de alcançar-mos uma solução favorável, é necessário

desenvolver a acção em direcção das autoridades francesas e portuguesas. As delegações portadoras de abaixo assinados e resoluções, devem ser ainda mais numerosas.

Ao mesmo tempo devem ser denunciados aqueles que pretendem adaptar a ideia do inevitável, devido à debilidade da imigração e das organizações sindicais como se tenta fazer crer no que concerne os trabalhadores italianos.

Esta ideia da debilidade da imigração, não acontece por acaso, ela faz parte da campanha em direcção dos argelinos e outros imigrados, que se vem desenvolvendo desde há longos meses, com o objectivo de demonstrar que entre trabalhadores franceses e imigrados, não haveria solidariedade possível, mais precisamente, que a ideia de solidariedade entre franceses e imigrados seria uma parede a desmuronar-se.

Os esquerdistas, saboteiam de fiferente maneira mas com o mesmo objectivo, buscando lançar os trabalhadores imigrados contra o movimento operário, e as suas municipalidades para assim os afastar da C.G.T.

A batalha é de muita importância. É necessário responder com energia e vigor a todas as tentativas de divisão.

Eleições profissionais

Sucesso da C.G.T. na fabrica Renault

As recentes eleições para delegados do pessoal, que acabam de realizar-se na mais grande empresa da França : Renault de Billancourt, são um sucesso da C.G.T.

Dos 25.431 inscritos e 19.896 votantes (contra 18.171 em 1968) a C.G.T. obteve 14.116 votos, ou seja 73,51 % e 94 eleitos titulares e suplentes dos 124 previstos.

15 trabalhadores imigrados e 3 trabalhadores originários dos departamentos franceses do Ultramar, foram eleitos nas listas apresentadas pela C.G.T.

Em comparação com 1968, a C.G.T. progressou de 1.576 votos, seja 2,16 % ganhando assim a totalidade dos 14 postos suplementários a prever em razão do maior número de trabalhadores empregados na fábrica.

Na maioria dos ateliers onde trabalham os operários O.S., a C.G.T. mantém firmemente as suas posições que varia entre 75 e 90 %, o mesmo acontece com os trabalhadores imigrados argelinos, espanhóis, portugueses, marroquinos, tunisienses... que na sua maioria votaram pela C.G.T.

Nos ateliers (outillage) a progressão dos votos recolhidos pela C.G.T. é muito significativa, particularmente onde a proporção de jovens é importante, o progresso de C.G.T. nestes ateliers, atinge os 15 %, assim como entre os mensais de atelier (pointeaux, dactylos) onde o progresso da C.G.T. é de cinco por cento

Desda maneira, a C.G.T. progrêssa fortemente, enquanto que Force Ouvrière mantém-se apenas nas suas posições : 1.397 votos (mais 141) seja 7,27 % (mais 0,12 %) mantém os mesmos 8 eleitos. O Sindicato Independente Renault obtêm 756 votos (mais 47) seja 3,94 % (menos 0,09 %) mantém os mesmos 4 eleitos. Quanto à C.F.D.T. perde em proporções consideráveis, obtêm menos 22 % no departamento 57, menos 15 % no departamento 37, recolhe 2.935 votos (menos 135) seja 15,28 % (menos 2,19 %) mantém os mesmos 18 eleitos.

Este sucesso da C.G.T. é o resultado da intensa actividade dos seus militantes e sindicalizados cujo número cresceu de 2.000 desde Maio de 1968, dentro da organização das lutas. Mas é também a posição unitária e firme de sindicato C.G.T. Renault pela defesa das reivindicações do conjunto dos assalariados. É igualmente a consequência das posições claras da C.G.T. sobre todos os problemas e em quaisquer circunstâncias, posições que correspondem aos interesses de todos os trabalhadores, franceses e imigrados.

A desvalorização - A desvalorização

E os abonos de família para as famílias residentes em Portugal



A Convenção Franco-Portuguesa de Previdência Social que rege os direitos dos trabalhadores portugueses e suas famílias em matéria de prestações sociais, fixa claramente em francos franceses, o montante dos abonos de família, para as famílias residentes em Portugal.

O montante dos abonos de família recebidos pelas famílias dos trabalhadores portugueses que trabalham em França, está automaticamente reduzido dum percentagem igual a desvalorização do franco, ou seja 12,5 %.

As indicações dadas a seguir, indicam perfeitamente a injustiça de que são vítimas os trabalhadores portugueses com a desvalorização do franco.

A desvalorização agrava ainda mais a discriminação já existente.

Filhos	Família em França	FAMILIA EM PORTUGAL			
		Antes da desvalorização		Depois da desvalorização	
		Montante mensal	Diferença mensal	Montante mensal	Diferença anual
1	97,25	nada	97,25	nada	1.167,00
2	190,11	35,00	155,11	30,62	1.913,88
3	337,33	53,00	384,33	46,37	3.491,52
4	484,54	71,00	413,54	62,12	5.069,04
5	624,20	89,00	535,20	77,87	6.555,96

1º tarifa da região parisiense se a mãe não trabalha.

2º filhos de menos de dois anos.

3º dos quais um filho tem menos de dois anos.

Para acabar com este estado de coisas, fazer desaparecer a discriminação que atinge brutalmente os filhos dos trabalhadores imigrados, a C.G.T., na sua Carta Reivindicativa, exige a igualdade de direitos para os trabalhadores imigrados no que concerne as prestações sociais e familiares.

Por outro lado a C.G.T., dirigiu-se ao Ministro das finanças para exigir a aplicação dum tarifa de câmbio Preferencial para a transferência dos salários e das prestações sociais enviados aos países de origem, para compensar integralmente a perda causada pela desvalorização. A C.G.T., dirigiu-se igualmente ao senhor Embaixador de Portugal em França para perguntar-lhe quais as demarchas que ele realizara nesse sentido em nome do governo português a fim de obter uma compensação da desvalorização para os trabalhadores portugueses.

Até hoje, a C.G.T., está esperando a resposta.

37º

CONGRESSO CONFEDERAL DA CGT

— O projecto de documento de orientação e o seu exame sobre as nacionalizações

— as proposições de modificação dos seus estatutos.

O projecto de documento de orientação compreende sete partes:

1º as condições da acção sindical no período actual

2º por uma democracia económica e política

3º por um necessário esclarecimento das ideias

4º por uma frente sindical única

5º pela unidade de acção à escala internacional

6º a CGT. e a luta pela paz

7º reforçar a CGT.

É um documento de importância.

O projecto de documento mostra como e porquê a luta de classes conhece novos desenvolvimentos na nossa época que são duma intensidade que é necessário ter em conta as causas e a natureza dos mesmos, a fim de poder determinar a orientação da acção sindical e fixar as tarefas correspondentes da CGT.

Entre os cambios operados na nossa época, é preciso ter em conta:

— a evolução das condições de produção em todos os sectores essenciais da economia visto o progresso científico e técnico orientados para uma vasta concentração capitalista.

— a crescente dominação dos monopólios cujo número vai diminuindo cada vez mais, enquanto que a sua importância se desenvolve à escala internacional.

— o crescente papel económico de Estado inteiramente ao serviço da alta finança e do patronato.

— a incapacidade dos grandes monopólios de fazer face ao desenvolvimento económico contemporâneo, apesar da coordenação dos meios de que dispõem, monopólios e Estado, orientados exclusivamente no interesse das grandes sociedades contra os trabalhadores, as massas populares e a Nação.

— a greve da Maio-Junho de 1968, foi ante tudo a expressão do antagonismo atingido pela luta de classes e de afrontos resultados das condições actuais do capitalismo.

Esta batalha social de grande envergadura, permitiu não só

mente obter reivindicações importantes, assim como pesou e está pesando sobre toda a vida do país. Ela reforçou a classe operária, a sua organização e a sua influência na vida social. Ela criou à classe operária, condições mais favoráveis para a defesa dos seus interesses e para prosseguir os seus objectivos.

O patronato e o governo, tiveram de ter em conta esta nova situação, mas se foram obrigados a modificar alguns dos seus métodos: reagrupamento das forças reaccionárias, abertura ao centrismo, política de dialogo, de concertação permanente com os sindicatos, os seus objectivos e o carácter antisocial da sua política não mudaram: Fazer recair sobre os trabalhadores os gastos das mutações os quais eles não podem escapar e servir os interesses dos monopólios.

É uma testemunha evidente, o plano de austeridade que acompanha a desvalorização monetária e que acarreta um profundo descontentamento entre todas as camadas laboriosas da população, o desenvolvimento das greves actuais, assim como a agudização da luta de classes.

Para os trabalhadores, trata-se de defender as suas conquistas e de lutar pela melhoria das mesmas.

O que mudou, é que os trabalhadores dispõem de condições mais favoráveis resultadas dum reforçamento que lhes permite obrigar o governo e o patronato a recuarem e a fazerem novas concessões.

O governo saiu enfraquecido das lutas de Maio-Junho, e do referendun. Ele tem de fazer face a sérias dificuldades resultantes das contradições das quais ele tem de suportar. Não se trata de exagerar a importância dos acontecimentos porque o governo os monopólios dispõem ainda de grandes meios de resistência e as forças de esquerda continuam a estar divididas, mas os sucessos obtidos pela classe operária reforçam a sua posição na luta pelos seus objectivos fundamentais ao mesmo tempo que melhora a sua situação imediata. Para alcançar novos sucessos, é necessário um certo número de condições na luta reivindicativa de massas, em primeiro lugar:

— objectivos claros, democraticamente elaborados em conjunto com os sindicalizados e todos os trabalhadores a





necessita a um câmbio de orientação indispensável :

É necessário pôr termo à dominação dos monopólios, das féudalidades financeiras e industriais

— a instauração dum poder político apoiado no povo onde a classe operária possa exercer a sua influência no quadro constitucional e democrático.

O meio de arrancar aos monopólios e ao seu poderio económico exorbitante, é a nacionalização democrática dos sectores decisivos dos quais depende o desenvolvimento do aparelho de produção e a aplicação duma política industrial e social conforme às necessidades do país e dos trabalhadores, é a gestão democrática das empresas nacionalizadas. Não é por casualidade que os monopólios e o governo, atacam as nacionalizações.

A detenção pela Nação dos comandos essenciais da economia do país, permitiria uma planificação democrática da economia nacional.

A principal questão que se põe às nossas organizações no período actual através 37º Congresso, é a sua aptidão e adaptação aos câmbios políticos económicos e sociais e essencialmente a necessidade de levar a cabo a luta reivindicativa e a acção, pela via democrática.

Isto necessita uma permanente campanha de explicações para que tudo se torne mais claro, ainda mais neste momento em que a luta de classes se desenvolve igualmente com intensidade no plano ideológico.

— São propagadas ideias sobre : a comparticipação nos lucros da empresa, a co-gestão, poder operário etc...

São também propagadas ideias pelos esquerdistas, muito particularmente entre os trabalhadores imigrados.

O fortalecimento continuado da C.G.T. é indispensável.

As proposições de modificação dos seus estatutos com o fim de atingir este objectivo, são riquíssimas de concepções da C.G.T., sobre um sindicalismo de massas e de classe, de noções fundamentais da democracia sindical. É necessário examinalas e ter em conta ao mesmo tempo, os câmbios fundamentais fruto das novas liberdades sindicais obtidas em Maio-Junho de 1968

começar nas empresas e chantiers de construção civil,... no campo económico, tanto no interior como no exterior. As diferentes frações políticas que constituem a sua força começam a chocar-se entre si" (do discurso de Georges Seguy na Mutualité).

— formas de luta adaptadas a cada situação concreta

— uma preocupação constante pelas reivindicações e particularidades das diferentes categorias de assalariados, para isso, é necessário sair da rotina. Por exemplo, várias modificações em matéria de poder de compra, de reajustamento, da garantia e da progressão dos salários têm sido operadas.

— Jo chamado plano social de (equilíbrio) uma nova situação social se desenvolve. É necessário ter em conta os novos câmbios e necessidades dos trabalhadores, de estabelecer democraticamente as bases reivindicativas no seio das empresas, para cada profissão junto dos sindicalizados e dos trabalhadores, as condições do desenvolvimento da acção. Assim como das formas de acção.

Não se trata de dizer como em Maio-Junho, tudo, ou então nada.

Georges Seguy na Mutualité :

Nós queremos que os trabalhadores determinem conscientemente a natureza dos objectivos a seguir e as responsabilidades a tomar, que a acção repose em bases sólidas, que a unidade progrsse, que as nossas ideias se enraizem e que a luta termine vitoriosa.

O papel da C.G.T. é o de impulsar todas as acções e de as coordenar, de prever quando o movimento atinge as condições necessárias para que os trabalhadores solidariamente unidos, possam vencer a resistência do governo e do patronato.

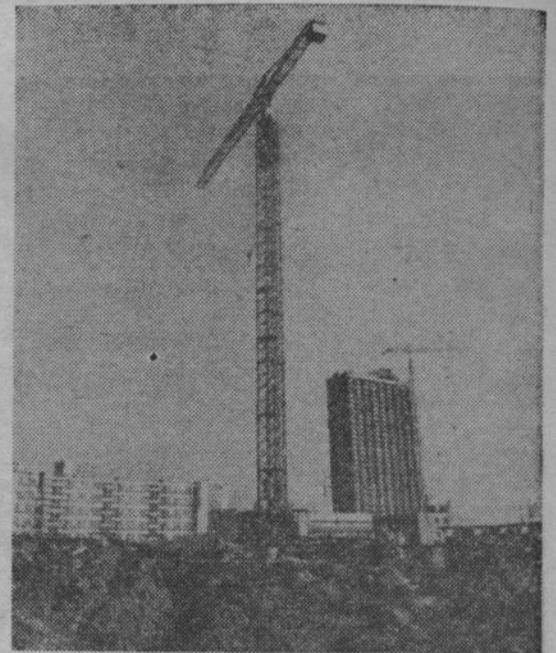
Entretanto, as conquistas obtidas são limitadas e constantemente postas em causa pelos monopólios devido à própria natureza do regime capitalista.

Para as preservar, alargar e assegurar o progresso social, é preciso mudar as bases da orientação da sociedade.

Pelo qual, o projecto de modificação dos estatutos precisa o objectivo fundamental da C.G.T. : a supressão capitalista, a socialização dos meios de produção e de câmbio.

Concretamente, na situação actual, a presente sociedade





Proposições realistas que concernem o albergue dos trabalhadores

A Federação Nacional C.G.T. dos trabalhadores da construção civil, dos trabalhos públicos e materiais de construção, pediu às Federações nacionais patronais da construção civil e dos trabalhos públicos, a abertura de discussões sobre os problemas de albergue dos trabalhadores empregados nesta indústria.

Durante uma conversação, J. Mounier expos-nos as posições e soluções da Federação Nacional C.G.T. da construção civil, no que concerne este importante problema dos trabalhadores.

J. Mounier disse : o número de trabalhadores da construção civil e dos trabalhos públicos, que são obrigados pela natureza do seu trabalho, a viver afastados da sua residência habitual e mesmo das suas famílias, é cada vez mais importante, que se trate de trabalhadores franceses ou imigrados.

Esta situação, é consequência da instabilidade permanente dos lugares de trabalho que é uma característica essencial das nossas indústrias que mobiliza um número elevado de mão de obra.

Desde há muito, a nossa Federação exige que, face a este problema, sejam aplicadas soluções que permitam a estes trabalhadores viverem em condições normais.

Mas para a maioria destes trabalhadores, as condições de alojamento são desastrosas, indignas dum país que se diz civilizado. Muitos são os casos em que os patrões não respeitam nem se quer, as mínimas disposições previstas neste sentido pelo Decreto do 8 de Janeiro de 1965, as que são já de si, muito insuficientes.

Nos trabalhos que se realizam em barragens e quedas de água, o reglamento que se aplica a estes trabalhos, que constituia um progresso apreciável no momento em que foi elaborado após a libertação, em 1945, é em muitos casos ignorado, quando na realidade,

23 anos depois, devia ser melhorado e alargado a todos os trabalhos do Electricidade de França.

A nossa Federação exige que sejam tomadas disposições concretas que ponham fim a esta situação e criem, para todos os trabalhadores que se deslocam, condições de alojamento decentes, de dignidade humana e correspondentes à nossa época.

Quais são as disposições estabelecidas pela Federação Nacional C.G.T. da Construção Civil, em vista duma abertura de negociações paritárias com as Federações patronais ?

J. MOUNIER : a nossa Federação estima que duma maneira geral, eventualmente na abertura de qualquer trabalho da construção civil e dos trabalhos públicos que ocuparão um certo número de trabalhadores em deslocação, todas as condições deveriam ser criadas para alojar decentemente estes trabalhadores e permitir-lhes viver normalmente, que eles se encontrem deslocados sós ou com as suas famílias e isto, sem distinção de nacionalidade.

Na maioria dos casos, para tal, existem possibilidades de construir em duro, apartamentos, albergues para os solteiros, com o conforto moderno e dotados e equipos necessários para a distração e cultura etc...

Uma vez es trabalhos terminados, que fazer com estas construções ?

J. MOUNIER : estas construções podem ser destinadas as mais diversas funções da situação local ou da implantação geográfica, por exemplo, serem postas á disposição dos trabalhadores da construção civil e dos trabalhos públicos em caso da abertura de novos trabalhos na região; ou ainda serem postas a disposição da população local, (famílias, jovens trabalhadores, solteiros, etc...) ou de trabalhadores doutras indústrias; assim como serem utilizadas como cidades ou residências para passar férias, em primeiro lugar para os trabalhadores da

construção civil e dos trabalhos públicos e suas famílias.

Como financiar estas realizações ?

J. MOUNIER : para o financiamento destas realizações, uma responsabilidade muito particular é das empresas e Mestres de obras, a esta devia juntar-se uma participação do Estado e em certos casos, das colectividades locais.

Igualmente, no caso de realizações destinadas ulteriormente para os trabalhadores da construção civil e trabalhos públicos passarem férias, uma participação dos organismos sociais das nossas indústrias, poderia ser prevista.

Os patrões da construção civil, não deixaram de avançar um certo número de imperativos ?

J. MOUNIER : é certo que alguns destes imperativos podem, naqueles casos em que o número deveria ser limitado, a prever instalações provisórias e móveis, mas os progressos técnicos realizados neste sentido, devem permitir aos trabalhadores condições de albergue decentes e confortáveis.

Além disso, em certas regiões, existe a necessidade permanente de albergue para os trabalhadores em deslocação.

Para dar a estes uma resposta acertada ! é necessário construir toda uma rede de albergues do tipo das primeiras realizações, apesar de que ainda muito insuficientes, que estão em curso na região parisiense depois duma longa asção de vários anos dos nossos sindicatos.

Estas novas construções, onde os trabalhadores dispõem de quartos individuais, dum restaurante e de diversos equipamentos indispensáveis, correspondentes a aspiração profunda dos trabalhadores, como o demonstram as reacções daqueles que já estão albergados nestas condições.

Este conjunto de soluções propostas pela nossa Federação, correspondem não sómente ás necessidades mas também as possibilidades da nossa época.



AUTOMÁTICA ELÉCTRICA

Uma paralização foi levada a cabo nesta empresa, as mulheres que trabalham nos armazens de Prior Velho, fizeram uma paralização de trabalho para apoiar a reivindicação de aumento de salários.

Imediatamente uma forte repressão se fez sentir por parte dos encarregados e engenheiros. Contra as tentativas de violência, as mulheres responderam às bofetadas e insultos a estes lacaios do patrão.

LIBERDADE SINDICAL

Esta reivindicação é comum a todos os trabalhadores. O governo foi forçado a operar certas modificações referentes à legislação sindical que em nada mudaram o carácter fascista dos sindicatos nacionais verticais. O alarido de (liberalização) de

que foram motivo se, por um lado, mostrou que o governo quando uma crise o atinge e a pressão das massas populares em luta se faz sentir, tem necessidade de manobrar recuos tácticos e até mesmo a ceder; por outro lado procura adormecer os trabalhadores, levá-los a abandonar a sua combatividade para em seguida atingilos com novos golpes.

Contrariamente ao que se pretende fazer crer, o control do governo sobre os sindicatos não diminuiu, talvez tenha mesmo aumentado. A lei deixa sempre as portas abertas ao governo, patronato e aos seus lacaios anichados nas direcções dos sindicatos nacionais para que estes possam cometer toda à classe de barbaridades e ilegalidades.

Se anteriormente o presidente da Assembleia Geral do sindicato, podia decidir da elegibilidade dos sócios, agora é uma comissão designada pela mesa da Assembleia Geral, cuja composição tem de ser comunicada ao INT. As decisões das duas podem ser impugnadas pelo INT. ou por qualquer laiaio do governo e do patronato. O significado desta manobra, está claro para todos. Por outro lado, os candidatos a dirigentes dos sindicatos terão de estare provistos de toda a documentação que prove que nada os impede de exercerem o voto para a

Assembleia Nacional. Naturalmente, desta maneira o governo não faz se não impedir a escolha de homens e mulheres honrados para defensores da classe operária nas direcções dos sindicatos.

Isto significa levar as medidas restrictivas políticas para os sindicatos, facilitando assim ainda mais ao governo invocar pretextos para anular candidatos às direcções sindicais.

A homologação das direcções pelo governo, está assim dispensada, considerando-se em exercício a partir da posse que poderá ter lugar dez dias depois da sua composição ter sido comunicada ao INT. Não ha dúvida, de que este como qualquer laiaio ao seu serviço, pode repugnar a eleição assim como requerer ao Tribunal de trabalho a distituição de dirigentes (que não reünam as condições de elegibilidade estabelecidas) basta que estes não sirvam os interesses do patronato e de governo.

Como anteriormente, o papel de órgão supremo de sindicato da Assembleia Geral, fica reduzido a nada.

Os tribunais decidirão dos diferendos que surjam, diz a legislação. Mas dáda a sua composição de classe e da nomeação dos juzes pertencer ao governo. as decisões tomadas, não podem deixar ilusões a ninguem de que serão sempre, no fundamental, de forma a favorecer o governo e o patronato.

Isto mostra claramente a todos os trabalhadores que é nas empresas e locais de trabalho que a luta pela defesa dos seus interesses, tem de ser levada a cabo em primeiro lugar.

Sindicatos independentes do governo e do patronato, liberdade sindical, e direcções sindicais compostas de homens e mulheres honrados, é esta uma das reivindicações da classe operária e outros trabalhadores.

Chaque
semaine,
lisez

la Vie Ouvrière

Hebdomadaire
de la C.G.T.

A necessidade de estar sindicalizado e para que serve a C.G.T.

Estar sindicalizado é um dever de todos os trabalhadores, porque os trabalhadores têm de fazer constantemente face a um patrão que os explora dia à dia sem escrupolos. Para isso, eles precisam de estar organizados a fim de se poderem defender do seu inimigo de classe que é o patrão. É esta a razão pela qual os trabalhadores devem de estar fortemente organizados se querem ver defendidos os seus legítimos direitos. Além disso, os trabalhadores devem defender-se também da política reaccionária do governo actual que colabora estreitamente com o patronato na sua política de exploração da classe operária.

Nós dizemos que todos os trabalhadores devem de estar sindicalizados na C.G.T. porque a C.G.T. é o sindicato que tem uma posição de classe que é a defesa da classe operária, ela é

por este facto, o sindicato dos trabalhadores, a prova mais evidente é a confiança que nela fazem os 2.500.000 trabalhadores seus aderentes que fazem dela a mais poderosa central sindical da França.

No que respeita aos trabalhadores portugueses, a C.G.T. por sua parte, reconhece-lhes os mesmos direitos que aos trabalhadores franceses. Por isso também os trabalhadores portugueses devem de estar sindicalizados na C.G.T. e também porque os trabalhadores imigrados que trabalham em França, seja qual for a sua nacionalidade, são parte integrante da classe operária francesa, são explorados pelos mesmos patrões e têm os mesmos interesses comuns.



MAGNIFICA LUTA NA CIP

Nos fins do passado mês de Junho, os trabalhadores exigiram à gerência uma revisão geral dos salários. Face à determinação do gerente de não ceder senão um aumento de 4 a 5\$00, foi criada uma comissão de 12 membros, que se deslocou a Lisboa para discutir directamente com a administração o que só conseguiram depois duma longa insistência.

A comissão só regressou de Lisboa, depois de lhe ter sido garantido um aumento de 12 a 18\$00 diários.

A ROBIALAC

Nesta empresa em que já no mês de Fevereiro os trabalhadores conquistaram um aumento de salários. O pessoal levou a cabo recentemente uma nova luta destinada a combater a má alimentação do Cantina.

Desta luta, os trabalhadores saíram vencedores.

PESCADORES DA SARDINHA DE SETÚBAL

Uma greve de 20 dias levada a cabo pelos pescadores da sardinha de Setúbal, deu como resultado uma vitória parcial.

Estes reivindicavam um aumento de 2\$50 sobre a percentagem recebida. Os trabalhadores tomaram a firme decisão de não saírem para o mar sem que lhes fossem concedidos 12\$50 por cada 1.000\$00 de pescado.

Esta greve deu como resultado, a conquista de 1\$50 e 2\$00 por cada 1.000 00 de 1.000\$00 de pescado, desta maneira passaram assim a receber 11\$50 por cada conto (até 100 contos) e 12\$00 a partir dos 100 contos.

Esta vitória é considerável, mas os pescadores não a consideram suficiente, pelo que exigem outras reivindicações, entre as quais : um salário

fixo, seja qual for a quantidade de pesca, além da percentagem e do subsídio.

OS ESTUDANTES VENCERÃO

Ao atingir-se o terceiro mês de luto académico dos valentes estudantes de Coimbra, surge a mais importante manifestação de unidade e firmeza do combate das massas estudantis : o boicote dos exames apesar da invasão da Universidade pelas forças policiais

Decisão tomada em Assembleia magna com a presença duns 5.000 estudantes (houveram 190 votos contra e 40 abstenções) o boicote foi uma grande vitória resultada da unidade dos estudantes contra as forças governamentais.

No decorrer da primeira semana de luto, obtiveram-se estes significativos resultados : em número de 8.700 que compõe o corpo estudantil da Universidade, apenas 380 ou seja 4,3 %, compunham os amarelos « TRAIADORES » que muito justamente foram desprezados e recriminados pelos seus colegas, Só com escolta policial e munidos dum sujo salvo-conduto se atreveram a trair a causa dos estudantes, comparando aos exames.

Sob pretexto de « liberdade de exames » as ruas eram constantemente patrulhadas por Jeeps e carrinhas policiais com o fim de criar um clima de terror do qual foi procurado culpar os estudantes que muito justamente se encontram em luta.

A Cidade Universitária foi bloqueada pela GNR, polícia de choque, agentes da PIDE e da PSP, permitindo apenas o acesso àqueles que consurcam a cultura. Esta é a verdadeira imagem dum a Universidade que há muito deixou de corresponder aos interesses dos estudantes e da Nação.

O governo desencadeou uma absurda campanha de calúnias contra os estudantes, ao mesmo tempo que impedia que fosse dada à Nação, a mínima informação sobre os acontecimentos de Coimbra.

Mas os valentes estudantes pelos seus próprios meios têm procurado informar o povo português. Em comunicados das várias Faculdades e da Associação Académica e ainda com tarjetas satíricas, têm denunciado as vergonhosas actividades policiais das autoridades académicas e de alguns professores que colaboram com estas.

Milhares de estudantes têm provado uma exemplar serenidade e consciência cívica, distribuindo com flores, comunicados à Cidade e à Nação.

REIVINDICAÇÕES DO PESSOAL DO PARQUE AERONÁUTICO

Depois de serem largamente discutidas entre o pessoal, foram apresentadas uma série de reivindicações :

— Aumento de salários e o fim da promoção tal como tem sido feita até aqui.

— A aplicação das novas disposições governamentais sobre férias para funcionários públicos.

— O pagamento das faltas por motivo de doença, assim como o reembolso dos descontos já feitos por este motivo no curso do primeiro semestre do ano presente.

— A urgente melhoria da alimentação no refeitório e que cesse a exploração das bebidas e frutas e ainda a aplicação de subsídios de alimentação.

A LUTA NA EMPEC

Todo o pessoal desta empresa da construção civil, esteve recentemente em luta. Esta empresa emprega cerca de 500 operários, 400 dos quais circulam de obra em obra.

Estes exigiram um aumento do desconto de tempo e subsídios para as refeições, dado que a empresa não tem refeitório.

Os trabalhadores conquistaram duas horas para a deslocação e 17\$50 para uma refeição.

CONCENTRAÇÕES NOS SMAS DO PORTO

Quatro concentrações foram levadas a efeito durante o mês de Junho pelos trabalhadores municipalizados de Águas e saneamento do Porto, (aproximadamente duas centenas) lançaram-se numa importante luta reivindicativa em que realizaram sucessivamente 4 paralizações de trabalho junto do patrão principal, da sede. As reivindicações apresentadas eram :

— Aumento dos vencimentos e promoções que se não verificam há cerca de dois anos

— O pagamento das horas extraordinárias a cen por cento.

— Revisão do pagamento dos piquetes e protestaram também contra o desnível entre diferentes categorias.

NA SOTANGO

Uma importante vitória das trabalhadoras da Sotango, conquistaram um aumento de salários que vai de 39 a 41,5 % e 45 por cento sobre os salários anteriores, conforme as diferentes categorias.

NA PÓLVORA DE MOSCAVIDE

Depois de um movimento do pessoal da empresa, foi-lhes concedido um período de férias que passou de 18 para 24 dias ao ano.

Magnifico resultado desta acção reivindicativa.

O TRABALHADOR

213. rue Lafayette - PARIS (10^e)
BOTZaris 86.50

Imprimerie Lensoise - Lens
Directeur de la publication :
Serge CAPPE
Commission paritaire N° 44.113